



Anais da Assembléia

Nº 192

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdômiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 04ª SESSÃO ORDINARIA
DO PERÍODO EXTRAORDINARIO
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Elio Rusch e Luiz Antonio Setti.

As onze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mirô Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Dalton Machuca, Dirceu Manfrinato e Doutor Rosinha (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) DUILIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 154/92, objetiva acrescentar parágrafos ao art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 (Criação de Municípios). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enquanto aguardamos a leitura da Ata, vamos ouvir o relator sobre o Projeto de Lei nº 437/92. Está com a palavra o Deputado.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, no que tange a Emenda Substitutiva Geral de Plenário do Projeto de Lei Complementar da Lei nº 437 - cabe algumas explicações:

Inicialmente a emenda é constitucional, não há nada que obste a sua normal tramitação em plenário e esta emenda substitutiva é fruto de uma discussão entre algumas lideranças nesta Casa e que tem como objetivo maior, servir apenas de remédio para uma situação momentânea.

Evidentemente que esta emenda procura corrigir distorções da mensagem governamental enviada a esta Casa que sem dúvida alguma, eivada de erros objetivos e subjetivos, traria consequências funestas aos municípios de origem e aqueles que foram criados.

Procura esta emenda substitutiva principalmente, deixar bem claro que a divisão do patrimônio do município de origem será efetuada pelo Prefeito eleito e não pelo que está saindo - pelo Prefeito eleito mais o Prefeito eleito do município criado, com o arbítrio da SANEPAR para dirimir quaisquer dúvidas que eventualmente possam ocorrer.

Também o município que teve o seu território desmembrado, não poderá em hipótese alguma perder mais do que 30% do seu ativo imobilizado.

Nós também neste substitutivo apresentamos uma emenda que são meros remédios para uma lei capenga como a Lei nº 56. De certa forma fica vedada a transferência dos ativos imobilizados a que se refere o artigo 11, nos seus parágrafos, desde que procedidas em desacordo com as disposições nele contidas. Nos efeitos e dispostos neste artigo, operam retroativamente desde o início do exercício de 92, para que se evite com isso que os Prefeitos ainda em exercício façam antes da promulgação desta lei, qualquer tipo de transferência. De forma que nós procuramos desta arte remediar uma situação que se apresenta.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu volto aqui e peço vênias a Vossas Excelências, para, no último dia, a última sessão deste ano letivo, todos esses remédios seriam totalmente desnecessários, se nós tivéssemos aqui, depois de aprovada em segunda discussão, aprovado também em terceira e na redação final o projeto de minha autoria, que regulamenta a criação de municípios. Totalmente desnecessária seria esta polêmica, se tal tivesse ocorrido.

Eu faço aqui, ao terminar o meu relato, Senhor Presidente, um apelo de final de ano. Para que Vossas Excelências, ao iniciar o ano de 93, vamos corrigir essas distorções, porque a Justiça terá muito trabalho, tenham certeza, em cima desses projetos e dessas leis, principalmente, disse muito bem o Deputado Basílio, nós não tocamos na situação dos funcionários e isso tem que ser regulamentado também por esta Casa, para que se evite que os municípios corram ao Tribunal de Justiça.

Finalizando, Senhor Presidente, o meu parecer é favorável à apreciação desta emenda substitutiva e mais, acrescida de uma outra emenda substitutiva, para que ela seja apreciada pelo Plenário.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer sobre o substitutivo geral agregado à emenda de autoria do Deputado Nelson Justus, fazendo parte do substitutivo geral. **APROVADO.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Le-

gislativo nº 011/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que fixa a remuneração do Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui a Gratificação de Representação ao Presidente da Assembleia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Nós queremos encaminhar e registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque, no nosso entendimento, não se justifica esta gratificação de representação no valor igual ao salário dos Deputados. Nós traremos mais um ônus ao erário público, que já tem se revelado incapaz de atender às demandas e às necessidades, principalmente dos problemas sociais que temos no nosso Estado.

Entendemos que essa liberalidade deveria ser melhor discutida por todos os Deputados, deveria valer, se assim fosse, o entendimento desta Casa, para a próxima legislatura. Aliás, em conformidade com os princípios que estão estabelecidos, tanto na Constituição Federal como na Constituição Estadual, da anterioridade da fixação dos vencimentos dos parlamentares porque é o Único Poder em todo país que fixa seus próprios vencimentos. Esse poder deve ser exercido com sabedoria, com muito zelo, de acordo com o interesse público. Mais do que isso, a Constituição Federal e Estadual ao estabelecerem que a remuneração de Deputados fixadas numa legislatura somente terão valor para as subseqüentes, é exatamente para evitar que os Deputados legislem em causa própria, e contrários ao interesse público.

Esse projeto é portanto, na nossa avaliação primeiro, inoportuno; segundo, fere o princípio estabelecido na Constituição Federal com relação a anterioridade; terceiro, é um projeto que não foi debatido nessa Casa. Um projeto que nem sequer figurou na pauta da Assembleia. Eu, inclusive, formulo a questão de ordem, Sr. Presidente, que o projeto tivesse sido pelo menos publicado na pauta. Nós tivemos conhecimento desse projeto no meio da votação. E o Regimento Interno é claro, o projeto

tem que figurar na pauta para ser votado.

Então, nesse momento estamos encaminhando contra e estamos apresentando esse requerimento solicitando a retirada da Ordem do Dia porque ele não figurou na pauta com a anterioridade que é previsto no Regimento Interno.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devo informar como Presidente da Assembléia que por impedimento constitucional e regimental, eu não tenho mais condições de disputar a eleição, que a única Assembléia do Brasil que não dá uma faixa de representação ao Presidente da Assembléia é a do Paraná.

Nessas condições eu quero dizer ao Plenário que a Comissão Executiva endossou esse projeto de resolução, esse decreto legislativo, por entender esta Presidência que não será beneficiada. Mas, eu acho um verdadeiro absurdo que o Presidente da Assembléia não tenha uma representação proporcional que seria hoje Cr\$ 17 mil por mês ou descontando imposto de renda, Cr\$ 14 mil por mês.

A matéria já se encontra em segunda discussão, V.Exa. deveria ter levantado a questão de ordem na primeira discussão.

Está em votação. Aprovado contra os votos do PT, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/92 de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 112/92, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com Emendas.

Sob o referido projeto, emendas em nº de 3 (três) devidamente apoiadas, de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 354/92

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

Incluir no Projeto de Lei nº 354/92 mais um artigo, que terá a seguinte redação:

Art. O proprietário de veículo automotor que não tiver cometido infrações à legislação de trânsito no transcurso do ano imediatamente anterior à exigibilidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e efetuar o respectivo recolhimento dentro do prazo fixado pelo poder tributante, terá direito a um desconto correspondente a dez por cento sobre o total do tributo devido.

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Ovídio Constantino, Colombino Grassano, Paulo Maia, Cezar Silvestri,

Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da proposta contida na presente emenda se desdobra em dois aspectos. O primeiro deles é estimular os proprietários de veículos a não desrespeitarem a legislação de trânsito e, o segundo, premiar aqueles que, além de observar as referidas normas, efetuam em dia o recolhimento do IPVA.

Além da inegável utilidade social e econômica do incentivo proposto, vem a seu favor o fato de ser expediente adotado com muito sucesso em países europeus tais como Alemanha.

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Art. 1º - Alteração 5ª....

Fica alterada a expressão:

...conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989,

PARA:

...conforme o mesmo fator de conversão e atualização (FCA) utilizado pelo Executivo para correção do tributo.

Sala das Sessões, em 23.12.92

(aa) ERNANI PUDELL e OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Cezar Silvestri, Antônio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A modificação se faz necessária a fim de que o contribuinte receba o mesmo valor que pagou indevidamente pelo IPVA.

O Estado não pode cobrar mais e restituir menos, usando espuriamente, índices diferenciados em detrimento do cidadão contribuinte.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Inclua-se onde couber:

Para quem optar pelo pagamento antecipado em até 30 (trinta) dias terá desconto de 30% (trinta por cento) ou o equivalente a taxa inflacionária anterior ao mês de pagamento antecipado, caso esta ultrapasse o referido percentual de 30% (trinta por cento).

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) ERNANI PUDELL e OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Basílio Zanusso, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A majoração do desconto faz-se necessária face a tradicional espiral inflacionária. Um desconto menor que a inflação não funcionaria como estímulo ao pagamento antecipado do imposto, vindo somente a demonstrar a falta de sensibilidade e de realidade do governo estadual para com as alterações na vida econômico-financeira do País sobre os ombros do contribuinte.

Acho duas emendas se conflitam a do Deputado Ovídio Constantino e da Deputada Emilia Belinati.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)
Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sabem os Srs. Deputados que o Projeto 354/92, foi amplamente discutido durante esta semana e a sua aprovação hoje é fruto do entendimento dos Parlamentares desta Casa, em reuniões que realizamos neste Plenário, quando V.Exa., para este fim suspendeu a sessão.

Diante do exposto e conversando posteriormente com os Deputados Erondy Silvério, Luiz Carlos Martins, através do nosso vice-líder, Toti Colaço, nós entendemos que, tendo sido fruto do entendimento a aprovação desta mensagem, nós não deveremos acolher nenhuma outra emenda, a não ser a emenda do Deputado Erondy Silvério e do Deputado Luiz Carlos Martins, a emenda modificativa que diz o seguinte:

"No caso de haver recolhimento indevido do IPVA a restituição do indébito será feita a requerimento do contribuinte ou de seu representante legal, conforme mencionado no caput desta artigo, a autoridade fazendária que procederá à devolução devidamente corrigida..." Aí prossegue a emenda. Então a recomendação que nós temos, dado os entendimentos que se desenvolveram para a aprovação deste projeto, é que aprovemos o projeto na sua forma original, acrescido apenas dessa emenda, que realmente é uma emenda que vem ao encontro dos interesses do contribuinte.

As demais emendas nós propomos a rejeição, a não aprovação das mesmas, para que possamos dar realmente seguimento aquilo que foi previamente ajustado e entendido pelos Srs. Deputados, na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que o Deputado Pessuti está bem a par do projeto e das emendas. Fica designado Relator.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, atendendo à designação de V.Exa., estamos reunidos nesta Assembléia, em Comissão Geral, vamos relatar as emendas apresentadas em Plenário.

A de nº 1, de autoria da Deputada Emilia Belinati, a de nº 2 de autoria do Deputado Ernani Pudell e Ovídio Constantino, e a de nº 3 também de autoria do Deputado Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. poderá relatar, por Emenda e nós, em seguida faremos a votação, para ordenar melhor os trabalhos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Do ponto de vista, Sr. Presidente, nós entendemos que do ponto de vista da legalidade e da constitucionalidade, as emendas encontram-se em

condições de serem apreciadas, por este Plenário.

Por esta razão eu solicito a V.Exa. que as coloque em votação, todas elas.

O meu parecer é a favor da apreciação das emendas, mas contrário a apreciação das mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Deputado Pessuti vota pela constitucionalidade e contra as emendas. Em votação, emenda da Deputada Emilia Belinati. REJEITADA. Emenda do Deputado Ernani Pudell e Ovídio Constantino, REJEITADA. Emenda do Deputado Constantino, REJEITADA.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, existe também a emenda que nós mencionamos de autoria do Deputado Erondy Silvério e Luiz Carlos Martins, e foi apresentada junto à Comissão de Constituição e Justiça. São duas emendas, uma delas, como eu disse, nós vamos aprovar, e a outra nós iremos desaprová-la diante já do entendimento feito com os Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Erondy Silvério e Deputado Luiz Carlos Martins da Comissão de Justiça conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Qual delas Senhor Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério e Luiz Carlos Martins.

O valor a que se refere o caput desse artigo na hipótese do inciso IV do parágrafo 1º do artigo 2º será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros, convertido em fator de conversão e autorização da FCA no dia 1º do mês de janeiro do exercício do fato gerador para aplicação do valor dessa FCA no dia do pagamento do imposto. Erondy Silvério e Luiz Carlos Martins. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Rejeitada.**

Segunda emenda, Deputado Erondy Silvério e Luiz Carlos Martins. No caso de recolhimento indevido do IPVA a restituição do débito deverá ser feita. Há requerimento contribuinte do senhor representante legal conforme caput deste artigo à autoridade fazendária, que procederá à devolução devidamente corrigida conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.936, de 20 de janeiro de 1989.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovada.**

Projeto em votação.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 114/92, que objetiva instituir a Taxa de Segurança Preventiva (TSP) e criar o Fundo de Modernização da Polícia Militar (FUMPM). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, emendas em nº de 4 (quatro) de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 356/92**

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Ficam isentas do pagamento da Taxa de Segurança Preventiva (TSP), as atividades realizadas por clubes de esporte amador e as que tenham finalidade comprovadamente, filantrópica".

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) ALGACI TOLIO

Apoio: Colombino Grassano, Cezar Silvestri, Emilia Belinati e Nair Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por escopo abrir duas isenções à cobrança da Taxa de Segurança Preventiva, TSP, proposta pela Mensagem do Poder Executivo, na forma do Projeto de Lei nº 356/92.

O benefício justifica-se pela inexistência de renda nas atividades de esporte amador, realizadas em locais públicos e, proverbialmente, assistidas por policiais militares, encarregados de serviços preventivos de segurança pública.

Incumbe, pela Constituição, ao Estado, incentivar a prática do esporte amador. Instituir taxas para que as suas atividades sejam protegidas pelas forças policiais é, antes pelo contrário, maneira de penalizar-lhes duramente, bem como à população que não deixará de prestigiar suas atividades, permanecendo desprotegida dos profissionais militares.

Com relação às atividades filantrópicas, descabe justificativa especial, vez que são realizadas freqüentemente em nosso Estado, sempre com a finalidade de arrecadar recursos para obras sociais. Não se pode, da mesma forma, penalizar as entidades promotoras desses eventos com taxas para contar com os serviços de segurança pública.

E a justificativa.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se no Art. 18, do Projeto de Lei nº 356/92, a seguinte expressão:

Curitiba, quarta, em 23.12.92

"Art. 18-..... e três representantes da corporação"

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Cezar Silvestri e Antônio Annibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Inclua-se no Art. 18 do Projeto de Lei nº 356/92, o seguinte Parágrafo Único:

"Parágrafo Único - Os três representantes da corporação de que trata este artigo serão indicados após eleição promovida pelo conjunto das entidades representativas".

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Cezar Silvestri e Antônio Annibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Dê-se ao inciso I, do Parágrafo 2º, do artigo 8º do Projeto de Lei nº 356/92, a seguinte redação:

I - às finalidades declaradas escolares, militares, eleitorais, político-partidárias e sindicais:

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Cezar Silvestri, Antônio Annibelli e Ernani Pudell.

O SR. ALGACI TOLIO - (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, o Governo manda para a Assembléia uma Mensagem, um Projeto de Lei que institui a Taxa de Segurança Preventiva e cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar.

Eu quero deixar bem claro que na condição de vice-Prefeito eu estive bastante ausente da Assembléia neste mês de dezembro e até no período do mês de novembro, não pude acompanhar com toda a intensidade os Projetos que por aqui tramitaram. Mas até certo ponto eu tenho uma simpatia com relação a este projeto. Agora, me preocupa a pauta de uma maior discussão, porque segundo informações o Projeto chegou aqui em novembro, passou pela CCJ e não passou pela Comissão de Segurança Pública da Assembléia. Não vejo, não vi na Ordem do Dia anterior que tivesse qualquer menção à Comissão de Segurança Pública e até mesmo à Comissão de Finanças desta Casa. É um projeto tanto quanto perigoso para o próprio Governo. Eu entendo por exemplo que o que ocorre às vezes é que promotores de outros Estados promovem shows na cidade, trazem toda aquela parafernália de artistas,

equipamentos, aí exigem a Polícia Militar para cuidar, para dar a segurança, entra o BPTRAN para cuidar do trânsito, enfim, cria uma balbúrdia grande na cidade. E ao final de tudo isso, o artista vem, faz o show, leva o dinheiro do povo da cidade, o promotor leva a comissão de show que acontece, e no entanto fica o ônus nosso aqui, o ônus do trabalho, da Polícia Militar que poderia estar naquela hora melhor espalhada em outros setores da cidade para dar a segurança a população.

Nesse ponto eu concordo perfeitamente com o Governador de que se institua a cobrança deste tipo de taxa; porém me preocupa em outros setores da cidade para dar a segurança a população. Nesse ponto eu concordo perfeitamente com o Governador de que se institua a cobrança deste tipo de taxa; porém me preocupa em outros setores, é por isso que eu digo, se eu estiver errado, mas parece-me que não houve uma discussão mais aprofundada com relação ao Projeto, porque já envolveria outros problemas.

Uma entidade filantrópica, por exemplo, promove um grande evento e vai precisar da segurança pública. Ora, se ela já está promovendo um evento para arrecadar fundos, para se manter, como vai ter que pagar a Polícia Militar para dar segurança?

Além do mais, parece que de repente o tiro pode até sair pela culatra. Porque desde que se institui a cobrança do atendimento da Polícia Militar a um evento qualquer, ao mesmo tempo tem a responsabilidade do Estado para com o trabalho dado pela Polícia Militar. E aí pode ocorrer que num evento qualquer tenha acontecido um quebra-quebra, alguma coisa assim, o que vai acontecer? Se foi paga a segurança, a mesma tinha a obrigação de dar segurança. No entanto, aconteceram os prejuízos. Quem vai arcar com esta responsabilidade?

E neste sentido que faço estas colocações, com relação à criação do Fundo. Digo, já, já disse inicialmente, que até sou simpático em determinadas posições.

Por exemplo, mais um item interessante, o futebol, que é a alegria do povo, de repente vamos ter que pagar a Polícia para dar segurança a um espetáculo em que está envolvido o próprio povo da cidade.

Já há uma crise dos clubes, uma crise da Federação, no esporte de um modo Geral. Como ainda cobrar esta segurança que é dada num espetáculo esportivo?

Por isto entrei com uma emenda em relação mais especialmente ao esporte amador que vive com sacrifício, para que os clubes amadores sejam isentos desta cobrança. E também as entidades filantrópicas, para que sejam isentas da cobrança da taxa,

quando for solicitada a presença da Polícia Militar.

Preocupa-me a maneira como o Projeto veio para a Assembléia, meio em cima da hora, sem uma análise mais profunda, sem que as partes envolvidas, a sociedade, a própria Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar, tivessem participado desta discussão aqui na Assembléia, em especial com a Comissão de Segurança Pública que existe nesta Casa.

Fica este registro com relação a este projeto e o ideal até seria que ele fosse retirado da Ordem do Dia para que pudéssemos analisar. Acredito que a maioria dos Parlamentares é favorável ao Projeto, mas para uma análise, um estudo mais profundo, fazendo ver estas possibilidades, estes problemas, que poderão ser criados para o próprio Governo.

Fica a minha posição e solicito que a minha emenda seja analisada. Ela tem um fundo social importante, trata dos clubes amadores e das entidades filantrópicas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação. Há emendas de Plenário.

Deputado Luiz Henrique Bona Turra para relatar.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, incumbido da relatoria do Projeto de Lei sob nº 356/92 e analisadas as emendas a esse Projeto, a emenda de lavra do Algaci Túlio: "Inclua-se onde couber o seguinte dispositivo: fica isento de pagamento da taxa de segurança preventiva TST as atividades realizadas por clubes de esportes amadores e que tenham finalidade comprovadamente filantrópica". Também a de lavra do Deputado Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que inclui no artigo 18 a expressão: "... e três representantes da corporação". Assim também de lavra dos Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell que no parágrafo único do artigo 18 inclui a expressão: "... os três representantes da corporação de que trata esse artigo serão indicados após eleição promovida pelo conjunto das atividades representativas". Como a última, também de lavra dos Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino que propõe no inciso primeiro do parágrafo 2º a seguinte redação: "... as finalidades declaradas escolares, militares, eleitorais, político partidárias e sindicais...". Somos de parecer pela constitucionalidade das emendas apresentadas, nada obstando a sua apreciação em Plenário conforme deliberação da maioria dos seus membros.

E o parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer do Deputado Bona Turra. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.** Em votação o projeto ressaltadas as emendas. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda nº 01 do Deputado Algaci Túlio. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. **Aprovada.**

Emenda nº 02 dos Deputados Ovídio Constantino e Ernani Pudell. "Inclua-se no artigo. 18 três representantes da corporação. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Embora a emenda não terá respaldo da Bancada do Governo eu quero aproveitar para tentar sensibilizar. Nós estamos criando um fundo de modernização da Polícia Militar, sabemos da situação dos equipamentos da PM, é uma situação muito lamentável na maioria das cidades do Paraná, a polícia não consegue fazer o policiamento por falta de equipamentos, viaturas quando tem são poucas, a grande maioria sem manutenção. Então nós sabemos que a eficiência do trabalho de policiamento extensivo está diretamente relacionado com os equipamentos e com as viaturas que possui. Muito bem, nós estamos nesse projeto de lei criando um conselho que irá gerir a aplicação desses recursos. Esse conselho é composto por oito representantes do Governo. Nós estamos colocando três representantes da corporação escolhidos pelas entidades representativas da Polícia Militar para que pudesse opinar nesse Conselho, ou então nós vamos chegar numa situação que o Comandante resolve comprar um helicóptero para ele ficar passeando pelo Estado, enquanto isso o policial lá na vila está fazendo o policiamento a pé com cassetete de borracha enfrentando bandido com metralhadora. Que esse policial, pelo menos esse policial tenha o direito de opinar no trabalho direto. Quer dizer, nós não entendemos que isso vá prejudicar o funcionamento do fundo, pelo contrário, permite a representantes da corporação trazer, inclusive, a sua experiência e a sua visão. Uma determinada pessoa me disse aqui que isso seria ferir a hierarquia existente dentro da Polícia Militar. Olha, não podemos confundir alhos com bugalhos. Nós estamos aprovando aqui a criação de um fundo para equipamentos da polícia. Nós não estamos discutindo a estrutura hierárquica da Polícia Militar. O que nós entendemos é que é fundamental, a experiência mostra que todos os fundos criados que não tenham representação dos setores alheios à administração acabam se formando fundos que com o tempo desviam a sua finalidade. Nós temos

o exemplo do FGTS, temos exemplo do INSS. E preciso que os interessados estejam representados para opinar. O que nós estamos querendo é isso: que três representantes, entre oito da corporação, estejam também presentes para opinar. Eu não vejo aonde esta emenda possa prejudicar, pelo contrário, o projeto. Eu acho que ela aperfeiçoa o projeto, melhora o projeto e democratiza um pouco mais o conselho trazendo a necessidade dessa presença de representantes da corporação.

Se nós tivéssemos alterando a correlação de forças internas no conselho a ponto de dar aos representantes escolhidos pela corporação democraticamente o poder de decidir, aí sim, poderíamos discutir a emenda que não seria oportuna. Mas os três representantes, entre oito, terão mais a função de opinar, de participar quanto à destinação dos recursos que nós estamos criando com a caixa de prevenção.

Então, eu faço este apelo ao ilustre Líder e à Bancada do Governo para que reveja a posição. A emenda é boa e não compromete, de forma alguma; ela aperfeiçoa este projeto.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em fase de votação. V.Exa. requer a verificação de votação?

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, eu pedi antes de V.Exa. anunciar a votação da emenda. Eu peço a V.Exa. ou então que faça a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, eu só entendo o seguinte: que, gostando ou não gostando, existe dentro da Polícia Militar uma hierarquia pré-estabelecida dentro dos seus regulamentos e de seus regimentos. Entendemos nós que, quando o comandante da Polícia Militar se manifesta, ele se manifesta em nome de toda a corporação, ouvida devidamente esta corporação pelos instrumentos que possui dentro da Polícia Militar - os regulamentos e a hierarquia - Diante dessa situação nós continuamos com a nossa posição de que o conselho da forma em que está proposto é representativo, inclusive da corporação como pretende o Deputado Ernani Pudell incluir. No nosso entendimento já está incluída a corporação. Nesse sentido, nós continuamos com a nossa posição contrária à emenda nº 02.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. 03 Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se. 26 Senhores

Deputados rejeitam a emenda. Está REJEITADA.

Emenda nº 03 - (Lê teor da emenda).

O SR. ERNANI PUDELL - Eu retiro a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda está retirada.

Emenda de nº 04 - (Lê teor da emenda).

Os Sr. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. APROVADA.

Concedo a palavra ao nosso ilustre visitante, Prefeito eleito de Curitiba, ex-Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados com assento nesta Casa e também ausente, mais nossa diletta e fraterna companheira, Senhora Deputada Emilia Belinati, venho a esta Casa, neste momento, já apresentada a minha renúncia formal ao mandato popular que me concedeu o nosso povo, agradecer o convívio e propor a todos os Senhores Deputados uma parceria incondicional na busca do bem comum com a Prefeitura de Curitiba.

O agradecimento é a memória do coração. Então se impõe que eu venha a esta Casa ainda antes de assumir o meu mandato de Prefeito de Curitiba, mandato confirmado por 325 mil votos, agradecer em especial a todos e a cada um dos companheiros que me ajudaram a chegar a esse ponto tão importante da minha carreira política, em especial ao ilustre Presidente Deputado Anibal Khury, que nos honrou, inclusive nos momentos de gênese da nossa candidatura com apoio incondicional, avalizando com extremada confiança a nossa indicação.

Agradecer ao nosso companheiro, nosso irmão por parte de Curitiba o Vice-Prefeito atual Deputado Algaci Túlio, o apoio. A nossa bancada representada pelo nosso Líder Paulo Maia, pelo nosso companheiro eleito Prefeito de Toledo, Corazza, pelo nosso Cezar Silvestri e pelos Deputados que assumem agora, o Namir Piacentini e o Zuk e as outras bancadas representadas pela variada gama de partidos que têm assento nesta Casa, todos enfim que apoiaram.

Agradecer aos funcionários da Casa que com desvelo, solicitude, sobretudo no tempo da Assembléia Estadual Constituinte me assessoraram com tanta atenção, com tanta delicadeza.

Olhar, aqui, tendo assento à Mesa a nossa Lúcia, sempre tão suave na agrura do processo legislativo, me dá a satisfação íntima de agradecendo e homenageando a Lúcia, homenagear todas as funcionárias e funcionários da Casa.

Da Lúcia que tem assento lá no Depar-

tamento de Processos Legislativos, ao nosso Monteiro que fica no subterrâneo dessa Assembléia, lá na gráfica, essa Casa é toda ela feita de gente muito boa, muito dedicada e é muito bom estar aqui, Namir Piacentini, que já esteve aqui, vai descobrir isso e confirmar isso nessa sua trajetória que começa agora.

O que nos une é a busca do bem comum, embora nos venhamos para cá a bordo de contradições, que são as contradições que fazem a história. É essa unidade de busca do bem comum que está a ser reclamada pela grande maioria do povo brasileiro de toda a classe política.

A ocasião está passando na nossa história e ensina a política antiga que a ocasião é uma mulher muito bonita que tem todos os cabelos na frente do rosto e a nuca pelada. Os mortais que não a agarram pela frente, quando vão agarrá-la por trás ela já passou, a eles só é dado a conviver com o seu irmão capenga que se chama o arrepimento, anda de muletas e é lento.

Bendito seja Deus se o Brasil souber agarrar a ocasião política tão propícia da condenação do Presidente afastado e fazer dela com grande energia a construção de uma sólida democracia.

Eu vim da Europa, estive na velha Itália, na terra dos meus avós, estive com o Santo Padre, fui pedir a ele uma prece especial pela paz e pela prosperidade do povo de Curitiba. Fui junto com meu Vice-Presidente eleito com o ex-Senador José Carlos Gomes de Carvalho. Depois fui a Washington e a Nova Iorque e em Washington estive no Banco Interamericano de Desenvolvimento, falei, inclusive sobre as potencialidades do MERCOSUL em relação a Curitiba e ao Paraná, com o Uruguai, o que preside o Banco, que é o Senhor Iglesias, e de toda a viagem trouxe uma impressão muito forte da luz que brilha no Brasil. Eu não sei se a diferença é das latitudes ou a diferença de clima, por ser lá inverno e aqui verão, mas a impressão mais viva que tomou meu espírito na volta dessa viagem foi a infinita luminosidade e amplitude dos espaços brasileiros. Nada pode ser pequeno dentro do Brasil. O Brasil tem uma dimensão de extremada grandeza e eu quero entregar incondicionalmente a minha alma, o meu ânimo político, o meu coração, a minha energia de trabalho jovem para dar a este País o lugar que ele merece no concerto das Nações.

O Prefeito de Curitiba, seu irmão Rafael, Rafael e Curitiba, será a partir de agora um batalhador incansável para que o Brasil seja medido com a medida da grandeza. Chega de mesquinha, chega de mediocridade, chega de coisas pequenas que nos prendem, nos atrasam, nos amarram, escravizam o nosso povo. É preciso buscar o

que é grande e o que é alto. É preciso buscar o que é bom e o que é luminoso. É preciso para o Brasil, através do nosso trabalho, a mais escolhida das bênçãos, a mais auspiciosa das vontades. Nós precisamos nos esforçar. No limiar dos 300 anos de Curitiba, no limiar do 3º milênio, para não perder nem mais um minuto, nós que já perdemos uma década. É preciso que o processo político, através da convivência dos contrários, faça com que este país tenha o destino que ele merece.

Nós somos um potencial, o nosso país, podemos ser uma realidade. Basta nós termos a coragem, a vontade política de fazer a ponte e de atravessar o rio. A ocasião é agora. Calo-me agora na tribuna desta Assembleia, mas estarei em cada uma das ruas de Curitiba, em todas as suas praças, em todos os seus endereços, procurando ser o servo dos servos do nosso povo, desta doce menina que eu estimo tanto e que me deu tão viva alegria.

Bendito sejam os dias que eu passei aqui e bendito seja o ano novo, o ano 300 de Curitiba que nós amamos tanto.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o novo Prefeito de Curitiba.

(Suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Senhor Deputado Rafael Greca, Prefeito de Curitiba, Vossa Excelência carrega a grande responsabilidade de ser o sucessor do Prefeito Jaime Lerner, Prefeito que engrandeceu Curitiba e o Paraná.

Por isso, nós desejamos a Vossa Excelência uma excelente administração e sobretudo, que Deus o acompanhe.

(Palmas).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 151/92, que objetiva instituir a Taxa Ambiental pelos serviços de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná-IAP. SEM PARECERES.

Não há emendas. Vou submeter a votos.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se não me falha a memória, deve haver uma emenda nossa a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há emendas ao Projeto, segundo consta aqui.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Não consta na publicação do avulso nenhuma emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segundo meu assessor, Ernani Pudell, não consta neste Projeto. É no outro.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Não, Senhor Presidente. Nós havíamos feito, ao artigo 3º. Eu quero justificar, porque possivelmente não foi entregue à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requiero verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requiero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados. Solicitamos ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (Elio Rusch) - Procedê à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 27 (vinte e sete) Senhores Deputados. Não há quórum para votação.

O Projeto será apreciado na sessão seguinte.

Os dois Projetos serão apreciados, faremos tantas sessões quantas forem necessárias para desobstruir a Ordem do Dia.

Sobre a Mesa, requerimento nº 2146, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 2147, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92, do Projeto de Decre-

to Legislativo nº 012/92 e do Projeto de
Lei nº 356/92.

ERRATA:

D.A. nº 99, de 29.06.92, Página nº 24.
Ata da 2ª Reunião Extraordinária da
Comissão de Finanças.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
068/92 e 430/92.

Levanta-se a sessão.

AO FINAL DO ITEM Nº 7, ACRESCENTAR:
Relator Deputado Nelson Garcia, Parecer
FAVORÁVEL- APROVADO.